
PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO

Thainara Granero de Melo¹
Rosemeire Aparecida Scopinho
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

RESUMO. Pesquisas de diferentes áreas têm constatado uma série de problemas no processo organizativo de empreendimentos autogestionários em assentamentos rurais da reforma agrária, entre eles, a dificuldade dos trabalhadores rurais de participarem ativamente dessas organizações. Para pensar sobre esse problema, o objetivo do estudo apresentado neste artigo foi o de investigar as forças psicossociais e os sentidos atribuídos ao trabalho por assentados da reforma agrária organizados em cooperativas, que podem explicar as formas de participação dos cooperados na gestão dessas organizações. Foi realizado um estudo de caso em uma cooperativa localizada no Assentamento Mário Lago, região administrativa de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. A pesquisa qualitativa foi construída em três momentos: o levantamento teórico/bibliográfico/documental, as observações das reuniões da cooperativa e as entrevistas semiestruturadas com nove cooperados. A análise se deu pela triangulação entre as diferentes fontes de informações. Dos resultados, destaca-se que predominava a participação instrumental, produzida por uma conjunção de forças psicossociais que reforçavam as dependências econômicas e simbólicas do grupo. Por outro lado, a cooperativa cumpria a função de pertencimento para os sujeitos, mas sem ligação com a participação real na organização. Essas diferentes forças foram construídas na desproporcionalidade entre as vivências do cotidiano dos trabalhadores, as suas trajetórias de vida e o modo como o cooperativismo é institucionalizado e imputado aos sujeitos, tendo como pano de fundo a reafirmação de interesses hegemônicos no mundo rural.

Palavras-chave: Participação; sentidos; cooperativismo.

PARTICIPATION IN RURAL SETTLEMENT COOPERATIVES: A STUDY OF LABOR SENSES

ABSTRACT. Researches from different areas have shown many problems in the organizational process of self-managed enterprises at rural settlements of the agrarian reform, including a difficulty for rural workers to participate actively in them. Thinking about this problem, our aim was to investigate psychosocial forces and senses given to labor by settled rural workers organized in cooperatives, which may explain modes of participation in these organizations. A case study was conducted in a cooperative located at Mário Lago Rural Settlement, in the Administrative region of Ribeirão Preto, state of Sao Paulo, Brazil. The qualitative research was built in three moments: theoretical/bibliographic/documental research, observation of meetings in the cooperative and semi-structured interviews with nine members. We analyzed the results through a triangulation between different sources of information. About the results, we highlight that instrumental participation was predominant in the cooperative, because there was an articulation of psychosocial forces that reinforced the group's economic and symbolic dependence. On the other hand, the cooperative gave its members a sense of belonging, but without connection with actual participation in the organization. Inconsistencies between the workers' everyday experiences and the way the cooperative movement was institutionalized and presented to

¹ E-mail: thainaragm@gmail.com

cooperative members have brought about these different forces, which have as backdrop the reaffirmation of hegemonic interests in the rural world.

Keywords: Participation, meanings, cooperative movement.

PARTICIPACIÓN EN COOPERATIVAS DE ASENTAMIENTOS RURALES: INVESTIGACIÓN SOBRE LOS SENTIDOS DEL TRABAJO

RESUMEN. Investigaciones en diferentes áreas han mostrado una serie de problemas en el proceso de organización de empresas de autogestión en asentamientos rurales de reforma agraria. Uno de estos problemas trata de la dificultad de los trabajadores rurales en participar activamente en tales organizaciones. Para pensar acerca de este problema, este estudio tiene como objetivo investigar las fuerzas psicosociales y los significados dado por los trabajadores rurales de reforma agraria organizados en cooperativas, y que pueden explicar las formas de participación de los miembros en la gestión de la organización. Se realizó un estudio con una cooperativa del asentamiento Mario Lago, región administrativa de Ribeirão Preto, Estado de Sao Paulo, Brasil. La investigación cualitativa fue diseñada en tres etapas: la investigación teórica / bibliográfica / documental, las observaciones de las reuniones de los miembros de la cooperativa y entrevistas semiestructuradas con nueve miembros. Los resultados se analizaron por la triangulación entre las distintas fuentes de información. Destacamos que prevalecía entre los miembros la participación instrumental por la combinación de fuerzas psicosociales que han reforzado las dependencias económicas y simbólicas del grupo. Por otra parte, la cooperativa tenía la función de pertenencia para los miembros, pero sin relación con la participación real en la organización. Estas diferentes fuerzas se producían por la desproporcionalidad entre las experiencias cotidianas de los trabajadores y sus historias de vida, y por la forma como el cooperativismo se institucionalizó, siendo como contexto la reafirmación de los intereses hegemónicos en el mundo rural.

Palabras-clave: Participación, sentidos, cooperativismo.

Introdução

Os empreendimentos autogestionários nos assentamentos rurais da reforma agrária fazem parte de um campo de contradições. Os assentados deparam-se com um conjunto de entraves determinantes para a sobrevivência dessas organizações, sobretudo, as dificuldades de participação real na gestão coletiva delas. Dentre os motivos que contribuem para esse problema, a literatura tem destacado as incongruências entre o discurso da autogestão, no qual se pauta a maioria dessas organizações, e as possibilidades objetivas e subjetivas que os assentados encontram de conferir outro sentido para esse modo de organizar o trabalho, uma vez que boa parte das suas trajetórias de trabalho foi construída no assalariamento (Martins, 2003; Christoffolli, 2010; Scopinho, 2012).

Portanto, o objetivo deste artigo foi o de compreender que forças psicossociais atuam em relação às dificuldades de participação real dos trabalhadores nas cooperativas e quais são os sentidos que eles atribuem ao trabalho que podem explicar os movimentos de maior proximidade ou distanciamento dos cooperados nos processos de gestão. Apresentaremos um estudo de caso, realizado em uma das cooperativas do Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto, São Paulo, que doravante será nomeada de "Cooperativa". Primeiramente, situamos as origens e justificativas do estudo, os referenciais teórico-metodológicos adotados para operacionalizar a pesquisa para, então, apresentarmos a análise dos resultados.

Desde 2012, a organização estudada vivia um momento de crise provocada pelo afastamento dos associados em relação à participação na gestão da organização e na comercialização do que era produzido no assentamento, finalidade para a qual a cooperativa foi criada e que se constitui na sua única atividade econômica. Dos 147 associados, 50% estabeleciam relações comerciais com a cooperativa e apenas 10% participavam com regularidade das assembleias. A gestão permanecia concentrada no núcleo familiar do presidente e os cargos do conselho de administração eram exercidos por alguns membros apenas formalmente. Apesar de ser uma cooperativa em cujo estatuto

constava ser um empreendimento de autogestão, percebemos um descompasso entre as prescrições necessárias para que esse tipo de organização funcionasse e a realidade fosse observada.

O assentamento situava-se em um contexto de contradições, dada a sua localização na divisa com o perímetro urbano da cidade de Ribeirão Preto, o que tensionava ainda mais as possibilidades de existência desse tipo de organização, tendo em vista que a economia dessa região está sustentada na grande circulação de capital e tecnologia voltadas ao agronegócio. Além disso, a maioria dos sujeitos construiu suas trajetórias de vida na cidade e em regime de trabalho assalariado formal e/ou informal. E, mesmo que esses sujeitos não tivessem experiências anteriores de trabalho no campo, vislumbraram no assentamento uma chance de reconstruírem suas vidas, marcadas pela migração e pela pobreza.

Dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que, aproximadamente, 47% da população brasileira em situação de extrema pobreza encontravam-se na zona rural (IBGE, 2012). Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), que estabelece os objetivos e ações governamentais para o desenvolvimento rural brasileiro, esse problema deverá ser enfrentado por estratégias de combate às desigualdades no campo, geração de renda e preservação dos recursos ambientais, que têm como eixo principal o fortalecimento da agricultura familiar. Assim, uma das matrizes organizativas, estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento rural do país, é a organização econômica das famílias por meio de associações e cooperativas que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013), teria por objetivos fortalecer os mercados locais, facilitar o domínio dos produtores sobre as cadeias produtivas e favorecer as redes de solidariedade nos processos de produção, distribuição e consumo.

Embora estudiosos de diversas áreas do conhecimento discutam o papel das cooperativas autogestionárias nos assentamentos rurais há, pelo menos, 30 anos, a literatura ainda apresenta polêmicas e dissensos. Alguns autores partem de uma perspectiva otimista (Singer & Souza, 2000; Gaiger, 2006; Veronese, 2009) do modelo autogerido enquanto saída viável às condições precárias de trabalho e de vida, o que permitiria aos sujeitos vivenciar sentimentos de pertencimento e estabelecer relações de cooperação. Outros argumentam que essas formas organizativas são, na prática, os mecanismos para retirar a responsabilidade do Estado sobre a reforma agrária e ocultar os conflitos originados pela forma como a questão agrária brasileira tem sido, historicamente, resolvida em favor dos grandes proprietários (Scopinho, 2012; Firmiano, 2014; Benini & Benini, 2015).

Como a criação dessas organizações é condição imposta para que os assentados possam acessar linhas de crédito e outros recursos disponibilizados pelas políticas públicas, a obrigatoriedade da criação desses empreendimentos pode ser considerada uma estratégia de controle econômico e político da aplicação desses recursos. Na opinião de Scopinho (2012), a cooperação imposta e compulsória, além de não organizar politicamente os sujeitos, pouco tem a ver com a participação ativa e organizada deles na construção das políticas de assentamento e apenas reproduz o modelo de sociabilidade clientelista e produtivista da terra. Firmiano (2014) defende a ideia de que essas políticas têm como função reduzir a ação dos movimentos sociais de luta pela terra à institucionalização do empreendedorismo pelos assentados com o intuito de delegar as funções dos órgãos responsáveis pela implantação dos assentamentos de reforma agrária às iniciativas locais, como as cooperativas.

Benini e Benini (2015) consideram que a relação entre trabalho associado e Estado é contraditória e permeada por tensões. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores buscam meios para o reconhecimento jurídico dos empreendimentos, esse formato institucionalizado pode minimizar o potencial político das organizações. Isso porque os empreendimentos tanto podem beneficiar-se de apoios e recursos públicos quanto podem correr o risco de perder autonomia, subordinar-se e depender ainda mais do Estado. Na opinião dos autores, esse tipo de relação é construído por políticas que, pretensamente, estimulam a criação destes formatos para resgatar as relações de solidariedade quando, na verdade, promovem o enfraquecimento da coesão entre os trabalhadores e as organizações, além de acirrar a competitividade entre os empreendimentos na disputa por editais e recursos.

Apesar de não haver uma posição consensual nos estudos, há um conjunto de entraves de ordem objetiva e subjetiva, apontados pela literatura (Martins, 2003; Bergamasco, Oliveira & Souza-Esquerdo, 2011; Barone & Ferrante, 2012) que podem explicar a dificuldade dos trabalhadores em participar

dessas organizações. Os aspectos objetivos referem-se à falta de infraestrutura dos assentamentos, aos gargalos da comercialização, à condicionalidade do acesso às linhas de créditos e programas federais para criação de cooperativas e ao baixo retorno financeiro desses empreendimentos. Quanto aos aspectos de ordem subjetiva, as trajetórias de migração, a sucessão de vínculos enfraquecidos que carregam as marcas da exclusão, as disputas internas, a dificuldade de identificação entre os membros do grupo, as vivências anteriores de assalariamento e os sentimentos de incerteza também podem comprometer a permanência e a participação nas cooperativas. O esvaziamento das reuniões para tomadas de decisões também é reflexo das dificuldades que os assentados enfrentam no processo organizativo desses empreendimentos. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizou um levantamento das cooperativas em assentamento rurais e identificou que, dos 78% de assentados cooperados, 52% afirmavam comparecer em mais de 70% das reuniões realizadas. No Estado de São Paulo, 53% dos assentados faziam parte de alguma organização coletiva e apenas 34% declararam ter a mesma assiduidade nas reuniões (IPEA, 2013).

Autores que defendem a autogestão como alternativa a esse cenário de precarização e exploração do trabalho, como Gaiger (2006) e Veronese (2009), argumentam que o controle sobre a gestão e sobre os processos produtivos possibilitaria a atribuição de novos significados ao trabalho, além de resgatar as relações de solidariedade entre os sujeitos. Além de ser um modelo organizativo distinto da heterogestão, a autogestão seria um mecanismo político de questionamento das formas de dominação e de opressão do capital. Porém Lima (2010) refuta essa ideia e sustenta que, embora autogestão e heterogestão apresentem projetos políticos-ideológicos distintos, na concretude das relações de trabalho ambas veiculam os valores do capitalismo flexível e do discurso gerencial.

A autogestão poderia, então, superar a crise do trabalho contemporâneo? Esse modelo organizativo, realmente, permitiria aos sujeitos atribuir novos sentidos ao trabalho? Azambuja (2007) concluiu que os sentidos se constroem na contradição presente entre o discurso da autogestão e o que é praticado no cotidiano da organização. De acordo com o autor, a simples adoção da autogestão não garante aos sujeitos ressignificar o trabalho somente por valores de solidariedade. Isso porque o modelo econômico capitalista não muda e o trabalho permanece heterodeterminado. Segundo Oliveira (2014), a resposta para essas questões pode estar na natureza dos vínculos afetivos com a organização, que darão o tom ao sentido atribuído ao trabalho, podendo ser mais ou menos alinhados aos princípios autogestionários.

Rosenfield (2007) estabeleceu três categorias de relações dos trabalhadores com a autogestão, a partir dos sentidos que eles atribuíam ao trabalho: (a) engajamento, na qual o trabalhador tem clareza do projeto político-ideológico e considera a autogestão uma alternativa para novas relações entre capital e trabalho; (b) adesão, referente à filiação do cooperado à proposta autogestionária de modo mais instrumental do que ideológico, sendo a cooperativa uma alternativa concreta de geração de trabalho e de renda, e remete, ainda, a uma relação residual da heterogestão; e (c) recuo, em que a inserção no coletivo se dá de modo individual, marcada por estratégias de sobrevivência, associadas à trajetória pessoal do sujeito. Nesse perfil, o sentimento de propriedade coletiva é ausente, pois o coletivo é apenas um meio para se alcançar objetivos individuais.

Scopinho (2012), ao investigar o processo organizativo do Assentamento Sepé Tiaraju, localizado na macrorregião de Ribeirão Preto-SP, constatou que para os assentados o sentido que mais se aproximava da autogestão era o de autonomia. No entanto, ele estaria mais relacionado às condições de miséria vivenciadas anteriormente pelos assentados do que a uma escolha política. Para a autora, a dimensão da autogestão no cotidiano desses sujeitos ainda é incipiente pela ausência de transformações substantivas da estrutura agrária brasileira.

Em suma, não há consenso na literatura sobre as repercussões dessas formas organizativas na constituição da subjetividade dos trabalhadores rurais, sobretudo no contexto dos assentamentos. Além disso, segundo Vasquez (2009), esse ainda é um campo de pesquisa pouco explorado pela psicologia, segundo Whitaker (2002), e as formulações acerca dos processos psicossociais relacionados ao trabalho no mundo rural são elaboradas, em sua maioria, a partir de conhecimentos produzidos no mundo urbano e descontextualizados da complexidade da realidade rural.

A grade de leitura para a análise da participação

A existência dos empreendimentos autogestionários pode ser problematizada, tomando-se como referência a combinação de conceitos da psicologia social e da psicossociologia por duas razões. Primeiramente, porque o conceito de *sentido* da psicologia social, segundo Nasciutti (2009), refere-se a uma representação construída mutuamente por condições objetivas e subjetivas da vida individual e social, expressa nas sociabilidades diversas e contraditórias (práticas, relações, discursos e instituições). Esse é um conceito que encontra conformidade com o que diz Whitaker (2002) sobre os estudos em assentamentos. Para essa autora, investigar os elementos que compõem a sociabilidade dos assentados exige uma análise atenta das especificidades desse contexto, pois é nesse campo de contradições, entre a combinação de padrões urbanos e rurais, que os sujeitos buscarão ressignificar as suas experiências de trabalho e de vida. O outro motivo é porque os fundamentos teóricos da psicossociologia elegem como objeto de estudo os grupos, as instituições e os conjuntos concretos, mediadores da coletividade e da subjetividade (Enriquez, 2011). Embora a análise não deva ser reduzida ao grupo, à sua dinâmica ou organização, esses elementos podem servir como referência para compreendermos de que modo as forças psicossociais atuam nas relações dos sujeitos com as organizações.

A partir dessa perspectiva teórica, consideramos o trabalho contemporâneo produtor de sociabilidades mediadas por valores capitalistas e neoliberais, como a competitividade e o mérito individual em detrimento das relações solidárias e coletivas. Algumas das consequências dessa “ética” individualista é a ausência de reconhecimento e de responsabilidade sobre a realidade do outro. Por isso, os vínculos afetivos, quando estabelecidos, são provisórios e fracos de lealdade, mas são úteis às relações de trabalho, típicas do capitalismo flexível (Carreiro, 2003; Gaulejac, 2007; Enriquez, 2011).

Nesse sentido, é importante conhecer como os sujeitos se relacionam e estabelecem laços entre si e com a instituição e se a constituição de um grupo é precedida, ou não, de uma “amarração conjunta” (Guareschi, 2001). Para esse autor, os vínculos possuem caráter dinâmico e podem ser construídos de diferentes maneiras, ora fluidos, ora muito coesos ou mantidos por um aspecto particular do grupo, podendo modificar-se conforme os seus membros adquirem maior ou menor poder.

Além dos afetos, Barus-Michel (2004) considera a análise das relações de poder fundamental para compreendermos como o grupo se relaciona. Os indicadores de poder podem estar na expressão ou silenciamento dos conflitos, que podem provocar crises ou afastamentos. A autora dá como exemplo a invocação do discurso de coletividade que pode ser um mecanismo de ocultação das diferenças e manutenção da concentração de poder. O tempo e o espaço da instituição também são elementos de análise, segundo essa autora, pois os acontecimentos históricos que marcaram a trajetória do grupo e a própria localidade da instituição revelam posições políticas, ideológicas e econômicas, cujos sentidos podem estar esquecidos, mas que permanecem em articulação com os conflitos atuais.

Portanto, o objetivo da análise psicossocial, para Barus-Michel (2004), é explicitar esses arranjos singulares e seus significados, a confluência de poderes e de conflitos que engendram a prática da instituição, organizada pelos níveis: (a) das normas e leis da instituição; (b) da organização funcional e pragmática dessas normas pelos sujeitos, que tanto podem praticá-las como também contradizê-las; e (c) da ordem do relacional, ou seja, a confrontação entre as normas, os arranjos práticos e os afetos do grupo. Este último objetivo parece fundamental para estudarmos o problema da participação, pois, ainda de acordo com a autora, quanto mais os sujeitos puderem se expressar nas práticas do cotidiano, mais encontrarão mecanismos benéficos que garantam a sustentação afetiva e coletiva do grupo.

Método e procedimentos

A pesquisa baseou-se na perspectiva qualitativa, defendida por Whitaker (2002) e Minayo (2010), que foi operacionalizada por meio de um estudo de caso, realizado em uma das cooperativas do

Assentamento Mário Lago, distante 15 km do centro da cidade de Ribeirão Preto, noroeste do Estado de São Paulo.

Após as incursões no pré-campo para a definição do problema, foram realizadas seis visitas para observarmos as reuniões mensais da organização. Passadas as observações, fizemos uma análise preliminar dos conteúdos registrados nos diários de campo e identificamos que as queixas a respeito da baixa participação dos cooperados era assunto recorrente nas reuniões. Também verificamos que apenas um pequeno grupo, cerca de 10% de associados, comparecia regularmente, corroborando as informações iniciais, fornecidas pelo presidente sobre a cooperativa.

Partimos desses elementos para organizarmos as entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que participavam, em maior ou menor número, das reuniões da cooperativa e das relações de comercialização. A amostra seguiu o critério de inclusão progressiva dos sujeitos, sem demarcação prévia do número de entrevistados (Minayo, 2010), até atingir o critério de saturação. Foram entrevistados nove cooperados, três homens e seis mulheres, entre as faixas etárias de 35 e 55 anos e que faziam parte do quadro social da cooperativa há, pelo menos, cinco anos, indicados por um informante-chave.

Registramos as informações obtidas nas entrevistas em áudio e as provenientes de observações diretas em diários de campo. A utilização destes instrumentos, de acordo com a perspectiva etnográfica de Whitaker (2002), auxiliou na descrição das situações observadas, das condições do espaço e de nossas impressões. O diário de campo foi uma ferramenta importante no processo de análise, pois permitiu confrontarmos, preliminarmente, os registros com o referencial teórico e bibliográfico e, em um segundo momento, com os conteúdos das entrevistas.

Após a transcrição das entrevistas e a sistematização dos registros das observações, a compreensão dos sentidos atribuídos ao trabalho pelos sujeitos ganhou forma por meio da triangulação das informações oriundas das diferentes fontes. Articulamos os fundamentos teóricos/bibliográficos/documentais com as observações realizadas em campo e com os discursos apresentados pelos entrevistados. Conforme as informações foram decompostas e as relações entre elas identificadas, bem como as repetições e contradições nos discursos, sistematizamos os resultados em categorias de análise que expressam as combinações de relações grupais (coesão – participação – comercialização; coesão – comercialização; e dispersão) e categorias de sentido (econômico; laboral; afetivo; e político).

Resultados e discussão

Apresentaremos os resultados e a discussão sobre o problema da participação, primeiramente, pela análise dos aspectos objetivos do caso estudado, com uma breve caracterização dos antecedentes da organização e sua estrutura econômica e organizacional para, então, passarmos para os aspectos de ordem subjetiva do grupo, como as formas de participação identificadas e os sentidos atribuídos pelos sujeitos ao trabalho.

O Assentamento Mário Lago foi reconhecido em 2007 após um longo processo de luta pelo território da antiga fazenda da Barra. Após a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelos assentados, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os movimentos sociais, responsáveis pela organização das famílias, foi estabelecido o modelo de assentamento, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o que implicava na adoção da agroecologia e da cooperação como matrizes produtivas e organizativas. Esse formato se deu em função da localização do território sob uma área de recarga do Aquífero Guarani, um dos maiores corpos hídricos subterrâneos do mundo. A recomposição da vegetação teria como finalidade proteger a reserva de água, degradada ao longo dos anos pela monocultura da cana-de-açúcar (Gonçalves, 2010).

Estavam assentadas no PDS da Barra 464 famílias, divididas em três núcleos de assentamentos pela fragmentação dos movimentos sociais presentes. Essa fragmentação ocorreu por divergências e dissidências entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que passaram a integrar outros movimentos sociais e disputavam com o MST diferentes projetos de

organização política e produtiva para o assentamento. Portanto, o PDS da Barra foi composto por 264 famílias que formavam o núcleo Mário Lago, organizado pelo MST e do qual fazia parte a cooperativa estudada; 160 famílias que estavam no núcleo Santo Dias, liderado pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST); e 40 famílias que faziam parte de um movimento autônomo, denominado Índio Galdino. Esse fato trazia ainda mais complexidade ao assentamento, pois juridicamente o PDS da Barra era um único território e, do ponto de vista técnico, o Incra não considerava as diferenças entre os projetos organizativos de cada núcleo.

Quanto às condições de infraestrutura, os assentados encontravam problemas para acessar os dispositivos básicos de saúde, educação, moradia, saneamento e lazer e por isso eram dependentes dos serviços oferecidos em Ribeirão Preto. A falta de um sistema de abastecimento de água provocava conflitos entre os assentados e condicionava a produção de frutas, legumes e verduras aos períodos chuvosos do ano, o que a tornava deficiente e irregular. Também eram poucos os canais de comercialização da produção, que era feita individualmente em pequenas feiras na periferia da cidade, por meio de atravessadores ou principalmente pela participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), um dos principais dispositivos de inserção produtiva dos assentados. Esse programa foi instituído em 2003 como parte das estratégias do Programa Fome Zero e, mais recentemente, do Plano Brasil Sem Miséria. Dentre as suas atribuições, estão a promoção da segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da aquisição e distribuição de alimentos produzidos à rede pública de ensino e de instituições socioassistenciais. O PAA é uma das políticas públicas que também condiciona a participação dos assentados à criação de associações ou cooperativas.

A cooperativa estudada foi fundada em 2009 por um grupo de 23 famílias, em função desse conjunto de condicionalidades estabelecidas pela modalidade do projeto de assentamento (PDS) e pela necessidade de se comercializar a produção via PAA. Anteriormente à cooperativa, a comercialização com o PAA era intermediada pelo Centro de Formação dom Hélder Câmara, coordenado pelo MST. Alguns entrevistados relataram que a origem da cooperativa também estava ligada à insatisfação pelo modo com que o MST conduzia o contrato com o PAA que, na opinião dos sujeitos, não fornecia informações sobre o funcionamento do programa.

Formalmente, a cooperativa estava caracterizada como um empreendimento autogestionário de agricultores familiares, de base cooperativista, voltada para produção, consumo e comercialização de produtos e serviços. Embora estivesse descrita como uma cooperativa de produção, no cotidiano não havia atividades de produção coletiva, apenas de comercialização. Desde a sua fundação, o empreendimento era gerido pelo mesmo conselho de administração e os cargos do conselho fiscal sofriam alterações, anualmente, para o cumprimento de formalidades jurídicas. Informalmente, o presidente acumulava as funções administrativas e contábeis e a sua residência era utilizada como sede provisória da cooperativa. Dentre os bens coletivos, a cooperativa possuía um caminhão para o recolhimento da produção quando da vigência do contrato com o PAA.

Até o ano de 2015, a organização congregava 147 associados, cujas trajetórias de trabalho foram marcadas por atividades assalariadas diversas, formais e informais, tais como pedreiros, carpinteiros, eletricitas, motoristas, técnicos em administração, auxiliares de serviços gerais, serviços domésticos, entre outros. Desse total, aproximadamente, 50% dos associados comercializavam a sua produção com assiduidade. Alguns cooperados já se desligaram da cooperativa para vincular-se a outras associações existentes dentro do próprio assentamento. A desproporção entre o número total de cooperados e aqueles que estabeleciam algum tipo de relação com a organização também se expressava na participação desses sujeitos nas reuniões. Entre dez e 15 cooperados, aproximadamente 10% do quadro, compareciam às assembleias realizadas mensalmente para as deliberações de interesse da cooperativa. Nas assembleias ordinárias, que aconteciam uma ou duas vezes ao ano para prestação de contas ou entrega de correspondências, esse número aumentava para, cerca de 25 a 30 participantes o que ainda era muito baixo em relação ao número total de associados.

Em relação aos entraves estruturais que influenciavam nas formas de participação dos membros da cooperativa, a dependência do PAA foi uma das queixas mais recorrentes dos entrevistados, que consideravam o programa insuficiente para absorver a capacidade produtiva dos lotes e, constantemente, atrasava o repasse dos recursos advindos da comercialização: "*Meu marido está*

fora. Não é culpa do [presidente], porque a gente faz a arrecadação dos produtos e só recebe de três em três meses... Para sobreviver do lote, a gente vai morrer de fome” (Entrevistada 5). Nos relatos obtidos, esse era um dos principais motivos do afastamento dos cooperados, tanto porque eles precisavam recorrer ao trabalho fora do lote como fonte de renda, quanto porque estes entraves os desmotivavam na busca de outros canais de comercialização. Esse afastamento, conseqüentemente, repercutia na gestão da cooperativa, pois a carga burocrática e administrativa, exigida pelo PAA, sobrecarregava e consumia grande parte do tempo do presidente. Isso se tornou um problema à medida que o trabalho da gestão concentrou-se nas exigências de prestação de contas à Conab, o que ampliava a relação de dependência do programa e comprometia a busca por outras estratégias de inserção no mercado. Além disso, a participação no PAA criou entre as diferentes organizações do assentamento um clima de competição pela produção das famílias. Essa disputa interna dividiu ainda mais os assentados e dificultou a criação de uma rede de apoio mútuo entre as cooperativas.

Grisa (2012) trabalha com a hipótese de que o programa contribui para a ampliação das práticas de mercado e para o fortalecimento dos laços sociais entre os cooperados, pois, além de ser fonte de complemento da renda familiar e estimular o autoconsumo, também abre as portas para a inserção dos produtores nos mercados privados. No entanto, Antunes e Hespanhol (2011) avaliam que o salto qualitativo das organizações participantes do PAA só acontecerá se algumas condições forem atendidas, tais como um nível elevado de recursos e de organização das cooperativas, além de uma boa articulação política com as instâncias responsáveis pela execução do programa. Do contrário, as cooperativas podem estabelecer relações de profunda dependência com o programa.

O PAA foi implantado de modo a impor um modelo de adequação das cooperativas às tecnologias e às qualidades dos produtos que só eram possíveis de serem atendidas com investimentos em infraestrutura e em profissionalização da gestão, pois a participação no programa exigia conhecimentos sobre planejamento da produção, logística, contabilidade e informática. Porém, no caso estudado, a execução do programa acontecia sem investimentos em estrutura mínima para a cooperativa, que sofria com a falta de capital para investir; abastecimento de água para irrigar a produção; pavimentação das estradas; formação profissional para a gestão, com a desarticulação entre as demandas de alimentos dos mercados institucionais e as especificidades dos itens produzidos pelas famílias; e informações claras sobre o Pprograma.

O excesso de reuniões também foi apontado pelos entrevistados como um dos motivos do afastamento dos cooperados, que consideravam ser esse um tempo perdido que poderia ser ocupado com as atividades no lote. As ausências reforçavam a carga de trabalho centralizada no presidente, que percorria todos os lotes para colher as assinaturas dos cooperados nas atas de reuniões e outros documentos, ao invés de utilizar o espaço das reuniões para isso.

No que se refere aos aspectos de ordem subjetiva que atuavam na dinâmica grupal, primeiramente, é importante esclarecermos que as categorias identificadas quanto aos modos de participação e aos sentidos atribuídos referem-se a um processo grupal em constante mutação, permeado por tensões, contradições, alianças e disputas. Essas relações estavam articuladas e foram compreendidas enquanto elementos de um mesmo fenômeno e não como fragmentos da realidade. A categorização foi apenas um recurso para destacarmos os elementos que se repetiram ou se contradisseram no processo de análise das informações obtidas na pesquisa. Assim, trataremos agora das três diferentes combinações que identificamos nas relações grupais e que se referiam às formas de participação dos sujeitos na organização: (1) coesão – participação – comercialização; (2) coesão – comercialização; e (3) dispersão.

A primeira combinação dizia respeito ao grupo que apresentava maior coesão dentro da cooperativa, formado em grande parte por membros que participaram de sua fundação. Essas relações eram caracterizadas por intensa confiança entre os membros. A participação manifestava-se nesse grupo pela frequência nas reuniões e regularidade na entrega de produtos para a comercialização por meio do PAA.

Na segunda combinação, também havia relação de coesão como no primeiro grupo. Contudo a vinculação não se estendia à frequência nas reuniões. O distanciamento das discussões sobre a cooperativa era justificado pela confiança no presidente que, na opinião dos entrevistados, saberia

tomar as melhores decisões pelo grupo. A participação, nesse caso, restringia-se à regularidade na entrega de produtos para a comercialização.

No terceiro grupo, de dispersão, não havia relação dos membros com a cooperativa, fosse de participação nas reuniões, de entrega de produtos para a comercialização ou até mesmo de vinculação com o grupo. Alguns desses sujeitos saíram do quadro de cooperados e depois retornaram ou também comercializavam a sua produção por meio de outras cooperativas do assentamento. Nesse grupo, a principal atividade econômica dos associados era realizada fora do assentamento. A produção no lote estava em segundo plano e era entregue à cooperativa, esporadicamente. Em outros casos não havia o que comercializar, pois a produção estava restrita ao autoconsumo.

Nos três grupos, as famílias complementavam a renda com atividades fora do lote, aluguéis de imóveis na cidade ou por meio de benefícios assistenciais, como aposentadoria e programas de transferência de renda.

A partir das caracterizações das relações grupais pelas formas de participação, discutiremos a seguir as quatro categorias de sentido identificadas: (a) econômico; (b) laboral; (c) afetivo; e (d) político.

O sentido econômico referia-se às vantagens e desvantagens econômicas, identificadas pelos cooperados, ligadas à comercialização e à produção. Em todos os grupos, a cooperativa era vista como um canal que facilitava o escoamento da produção por meio do PAA. Participar da cooperativa, nesse caso, significava comercializar ou não a produção. Por isso a dimensão da participação estava reduzida ao sentido econômico e apenas para o primeiro grupo esse sentido estendia-se como frequência nas reuniões.

O sentido laboral relacionava-se ao modo como os sujeitos entendiam o trabalho na cooperativa. O significado que os cooperados davam ao trabalho estava sempre relacionado às atividades individuais no lote e desvinculado do trabalho da gestão da cooperativa. Mesmo para os entrevistados que frequentavam com assiduidade as reuniões, a participação nas reuniões era entendida como um espaço para se receber informações sobre o PAA e não como um momento de discussão para a tomada de decisões coletivas. Os sujeitos até reconheciam que, formalmente, a cooperativa era um empreendimento de posse coletiva. No entanto, quando se referiam à “cooperativa do Presidente”, os seus discursos expressavam que as adaptações do grupo se contradiziam às normativas, pois, no cotidiano, era o presidente quem detinha o poder e o conhecimento para conduzi-la. Essas características assemelhavam-se ao que Rosenfield (2007) definiu como grupo de “recuo”, caracterizado pela ausência de sentimento de propriedade coletiva, pois a inserção no empreendimento acontece apenas para se alcançar os objetivos individuais.

A dinâmica das relações entre cooperados e cooperativa era alimentada pela comodidade dos membros, que não assumiam responsabilidades na gestão e podiam escolher as estratégias de trabalho e de controle do tempo necessários para a realização das atividades:

... eu trabalhava em um lugar onde você vê muita opressão dos menos favorecidos, essa força do agronegócio. Então, aquilo me fazia sofrer muito e aqui é diferente, aqui nós fazemos o nosso trabalho, entendeu? Você vê que lança uma semente na terra e ela te dá o triplo daquilo e pelo bem de todos, que é a grande diferença que vejo da vida na cidade. (Entrevistado 2, 2013).

Embora não existisse a figura de uma chefia opressora na cooperativa, essa comodidade pressupunha que alguém tomasse as decisões e as executasse pelo grupo. Apesar disso, para a organização, era necessário manter um grande número no quadro de cooperados, ainda que formalmente, para facilitar o acesso e a participação em determinados projetos e linhas de crédito.

Por isso o sentimento de autonomia dos entrevistados não estava relacionado ao modo de conduzir o empreendimento e de ter uma vida menos dependente dos órgãos governamentais. Esse jeito de ser autônomo estava desvinculado dos princípios autogestionários e era restrito ao trabalho individualizado no lote, à comodidade em não assumir responsabilidades na gestão e à inexistência de uma chefia opressora. Essa forma de entender a autonomia tanto não se convertia em participação ativa dos membros para viabilizar outros canais de comercialização na cooperativa, quanto priorizava o trabalho individual. Essa vem sendo uma tendência seguida pelos sujeitos que fazem parte das

cooperativas, de acordo com Lima (2010). O projeto de trabalho coletivo como mecanismo de transformação social dá lugar às estratégias individuais de menor alcance "... como única possibilidade emancipadora e a perspectiva coletiva como burocrática, autoritária e ultrapassada" (p. 160).

A suposta autonomia do grupo na tomada de decisão a fim de atender, ao menos formalmente, às exigências do PAA era um exemplo emblemático dessa situação. No papel, a decisão era tomada democraticamente, pois assim estava previsto no estatuto. Na prática, alguns poucos cooperados compareciam às reuniões e apenas concordavam com as decisões do presidente.

Outro sentido identificado, o afetivo, dizia respeito aos laços de confiança e de reciprocidade que ligavam o grupo. Na história da cooperativa, a coesão, ou "amarração conjunta" (Guareschi, 2001), parece ter sido sustentada inicialmente pelas insatisfações dos sujeitos com a forma como o MST geria o PAA. Posteriormente, notamos que a coesão passou a ser mantida pelo papel ativo, mas também centralizador, desempenhado pelo presidente na gestão da organização. Na opinião dos entrevistados, nenhuma pessoa teria conhecimento suficiente para assumir esse cargo. Assim como descreve Barus-Michel (2004), o papel desempenhado pelo presidente pode silenciar possíveis falhas e desacordos entre os membros e em relação à gestão por concentrar o poder. No caso da cooperativa, o temor em perder essa referência convertia-se em unanimidade e confiança inquestionável:

A gente sabe que o [presidente] é uma pessoa honesta e não ia dar problema nenhum para os cooperados. Porque tudo o que começa eles acabam, então, a gente sabia que ele não ia fazer isso com nós. Que ia começar, ia passar dificuldade e tudo, mas não ia parar, não ia deixar a gente na mão (Entrevistado 4, 2013).

A fala acima ilustra que, diante das ameaças de frustração, sentimento comum nas relações entre os assentados, o presidente representava alguém que não seria capaz de trair a confiança do grupo porque é nas situações de necessidade que os laços de confiança são construídos e testados.

Participar da cooperativa também conferia aos sujeitos maior sentido de identidade e pertencimento para o primeiro e segundo grupos, uma vez que passavam a reconhecer-se enquanto cooperados e não mais como trabalhadores assalariados ou assentados: "*A gente se sente mais respeitado, onde a gente chega e fala: 'é da Cooperativa' já tem outra ... [conotação.] A cooperativa é algo para nos fortalecer*" (Entrevistado 2, 2013). Os sujeitos tentavam ressignificar a imagem de assentado que, no imaginário social, estava atrelada à miséria e à exclusão. Segundo Gaulejac (2007), o sujeito social que sofre a humilhação, de um lado, sofre a força da violência e, de outro, tenta reafirmar-se e conservar laços com os seus semelhantes. Por isso, a despeito de todos os constrangimentos que os cooperados enfrentavam no assentamento, a cooperativa ainda cumpria um papel de fortalecimento da identidade. A possibilidade de autodenominarem-se como agricultores familiares ou cooperados era projetada como escape à figura socialmente marginalizada do sem-terra ou do assentado. Já para o grupo de dispersão, o pertencimento à cooperativa não aparecia nos elementos empíricos por não existir qualquer relação dos membros com a organização. Segundo Rosenfield (2003), a participação, mesmo que instrumental, ainda pode garantir que o grupo sirva como base identitária aos sujeitos.

Finalmente, a quarta categoria de sentido, estava relacionada à ausência de um projeto político da cooperativa. Entre os cooperados, a política tinha significado negativo, justificado pelas suas experiências com o MST. Havia um ressentimento entre os membros mais coesos da cooperativa e o movimento social, percebido nos relatos quanto à falta de apoio das lideranças do MST para a fundação da cooperativa. Essa tensão não apareceu explicitamente nas entrevistas e, quando sinalizada, era relativizada em seguida: "*... é lógico que eu não estou aqui queimando o MST. Não é que a cooperativa está tomando a frente da direção... parece que fica uma briga. É a cooperativa atuando para que melhore para os associados*" (Entrevistado 6, 2013).

Tal como no estudo de Scopinho (2012), a maioria dos entrevistados desconhecia a luta pela terra, o MST ou o cooperativismo, e a motivação para tornar-se assentado passou a ser ensaiada e desenvolvida no acampamento: "*No começo eu não tinha entendimento de nada, nem sabia o que significava reforma agrária, essas lutas do povo*" (Entrevistado 6, 2014). O acampamento foi

vislumbrado como oportunidade para se conquistar a terra, condição que era assegurada pela organização do movimento social: “Foi o que me chamou muito a atenção, o regimento que tinha aqui dentro, de companheirismo, aquilo que o problema do vizinho também é meu problema, entendeu?” (Entrevistado 2, 2013).

A expectativa de ter segurança, material e simbólica, que muitas famílias tinham no acampamento, deu lugar aos sentimentos de insegurança e desproteção, pois se acumulava uma série de promessas que não foram cumpridas. A tensão era relativizada pelos cooperados que também reconheciam o papel do MST na luta pela terra, cuja capacidade de mobilização e organização das famílias viabilizou a conquista e a construção do assentamento. Conforme Barus-Michel (2004), alguns sentidos construídos na trajetória de uma organização podem até ser silenciados ou esquecidos, no entanto tais conflitos permaneciam articulando-se ao tempo presente da cooperativa quando os sujeitos explicitavam as suas relações contraditórias com o MST de gratidão e desconfiança. Os assentados ressentiam-se e fechavam-se em suas estratégias individuais, como forma de protegerem-se das sucessivas frustrações. Também se acomodavam em relação ao presidente, considerando-o tábuas de salvação para dar continuidade ao empreendimento.

Portanto, as formas como os sujeitos participavam da cooperativa e os sentidos que atribuíam a ela e ao trabalho eram produzidos por uma conjunção de forças psicossociais que reforçavam as dependências econômicas e simbólicas do grupo. Essas diferentes forças foram construídas na desproporcionalidade existente entre o modelo pensado e executado pelas políticas públicas e o cotidiano dos trabalhadores assentados. Na cooperativa, a autogestão aparecia como abstração formal e a participação instrumental era o reflexo de um formato organizativo que não foi decidido pelos trabalhadores. Na prática, a cooperativa mantinha-se presa ao modelo de cooperação compulsória e burocrática, definido por Benini & Benini (2015), que favorecia a desmobilização política, pois substituiu o papel do movimento social pela organização cooperativista, como também fomentava a manutenção de um único poder na organização. Ao invés de ser um dispositivo para promover o desenvolvimento do assentamento, a cooperativa acabava desarticulada das ações políticas e dos movimentos sociais e ainda competia com as outras organizações existentes. Esse fato nos leva a corroborar a ideia de Firmiano (2014) de que o cooperativismo, do modo como tem sido institucionalizado, tem como pano de fundo a reafirmação de interesses hegemônicos no mundo rural, pois serve como um mecanismo de amortização da luta política pela reforma agrária e de fragmentação da coesão social. Ainda nessa lógica, segundo Maciel (2009), caso esse formato seja mal sucedido, o fracasso fica creditado, exclusivamente, aos assentados, o que minimiza as responsabilidades do Estado em relação a eles que são considerados “alienados” ou descompromissados.

Considerações finais

O estudo corroborou os achados da literatura sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais assentados ao organizarem as cooperativas autogestionárias. No caso apresentado, a participação na organização era vivida e significada como sinônimo de comercialização, acontecia de modo instrumental e sem a incorporação de um projeto político, fundado nos princípios da autogestão. O sentido atribuído ao trabalho não tinha relação com a participação real, enquanto forma para democratizar o processo de tomada de decisões e as responsabilidades pela gestão.

Os resultados também apontaram para a possibilidade de o PAA ser um exemplo de política que proporciona um canal alternativo de escoamento da produção e garantia de complemento de renda. Mas, no caso estudado, a adesão ao programa viabilizou precariamente o fortalecimento da organização e tornou-se um engodo por restringir o trabalho da gestão à burocracia e às possibilidades de comercialização. Mesmo que o discurso fosse o da descentralização dos poderes, os assentados não participaram, efetivamente, nem da criação dessas políticas e nem dos formatos organizativos que elas impunham. Por isso consideramos importante que outros estudos problematizem o modo

como o PAA vem sendo implantado nos assentamentos rurais para aprofundar o conhecimento sobre as repercussões subjetivas da participação dos trabalhadores nesse programa.

Concluimos que os constrangimentos de ordem política, econômica e social que vivem os trabalhadores nas cooperativas de assentamentos rurais devem ser problematizados, sobretudo pela psicologia, pois esses sujeitos ainda convivem com um imaginário social, reproduzido nas estruturas sociais que marginalizam e criminalizam a reforma agrária. A sobrevivência dos sujeitos na terra pode estar ameaçada, bem como os vínculos enfraquecidos, dirimindo as possibilidades de construção de uma autonomia concreta, menos subordinada ao Estado, e de uma força coletiva de luta por políticas públicas que, de fato, convertam-se em alterações efetivas nas condições de vida e de trabalho dos assentados.

Contudo é importante também reconhecermos que esse é um processo em constante mutação e que o assentamento e a cooperativa ainda trazem para os sujeitos a possibilidade de ter alguma segurança material e de sair da condição de invisibilidade, por meio dos quais eles passaram a ter noção sobre o funcionamento das políticas públicas, outros modos de trabalhar e organizar a produção. Fazer parte de uma cooperativa, ter algum tipo de controle sobre o seu próprio trabalho e acessar algumas políticas públicas retirou os sujeitos da condição anterior de invisibilidade e possibilitou, ainda que de modo tímido, o seu reconhecimento social. Embora no imaginário social os trabalhadores ainda sofram com a estigmatização e a marginalização, o assentamento propiciou-lhes a criação de redes que são capazes de sustentar sentimentos de pertencimento e de ressignificar as suas identidades. Por isso mesmo tais redes precisam ser protegidas, especialmente considerando o papel político e social estratégico que o assentamento ocupa no contexto agrícola adverso de Ribeirão Preto, onde impera o poder econômico e simbólico do agronegócio.

Referências

- Antunes, M. V. M., & Hespanhol, R. M. (2011). O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, SP, 33(2), 101-122.
- Azambuja, L. R. (2007). *Os sentidos do trabalho autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de economia solidária*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Benini, E. A., & Benini, E. G. (2015). A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. *Organizações & Sociedade*, Salvador, 22 (74), 325-344.
- Barone, L. A. & Ferrante, V. L. S. B. (2012). Assentamentos Rurais em São Paulo: Estratégias e Mediações para o Desenvolvimento. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 55(3), 755-785.
- Barus-Michel, J. (2004). *O sujeito social*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Bergamasco, S. M. P. P., Oliveira, J. T. A., & Souza-Esquerdo, V. F. (Orgs.) (2011). *Assentamentos Rurais no Século XXI: temas recorrentes*. Campinas, SP: Unicamp.
- Carreiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.
- Christoffoli, P. I. (2010). Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In N. M. Dal Ri (Org.), *Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina* (pp. 23-42). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília, SP: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS.
- Enriquez, E. (2011). O vínculo grupal. In M. N. M. Machado et al. (Orgs.), *Psicossociologia: análise social e intervenção* (pp. 61-74). Belo Horizonte: Autêntica.
- Firmiano, F. D. (2014). *O Padrão de desenvolvimento dos agronegócios e a atualidade histórica da reforma agrária*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP.
- Gaiger, L. (2006). A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Revista Sociedade e Estado*, 21(2), 513-44.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras.
- Gonçalves, J. C. (2010). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: a (difícil) construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto - SP*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Grisa, C. (2012). *Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,

- Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Guareschi, P. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In B. Sawaia. (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 141-156). Petrópolis: Vozes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2012). *Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2013). *Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: Fatores de sucesso ou insucesso*. Brasília: Autor.
- Lima, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, 12(25), 158-198.
- Maciel, M. C. (2009). O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. *Retratos de Assentamentos*, 12, 217-242.
- Martins, J. S. (2003). O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In J. S. Martins. (Org.), *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos* (pp. 11-52). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] (2013). *Políticas públicas para agricultura familiar*. Brasília: Autor.
- Minayo, M. C. S. (2010). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (29a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nasciutti, J. R. (2009). A Instituição como via de acesso à comunidade. In R. H. F. Campos. (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. (15a ed.). (pp. 100-126). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, F. (2014). *Os sentidos do cooperativismo: entre a autogestão e a precarização do trabalho*. São Paulo: LTR.
- Rosenfield, C. L. (2007). A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. In J. C. Lima (Org.), *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume.
- Scopinho, R. A. (2012). *Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo: Annablume.
- Vasquez, G. C. F. (2009). A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 856-867.
- Veronese, M. V. (2009). Subjetividade, Trabalho e Economia Solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 153-167.
- Whitaker, D. C. A. (2002). *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau, SP: Letras a margem.

Recebido em 21/11/14

Aceito em 31/07/15

Thainara Granero de Melo: graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre em Psicologia pela UFSCar

Rosemeire Aparecida Scopinho: Professora associada do Departamento de Psicologia da UFSCar